

SOCIUS Working Papers

João Carlos Graça

“ “Terceiras Vias” no pensamento económico português
da segunda metade de oitocentos:
Algumas questões prévias”

Nº 2/2003

SOCIUS Working Papers

SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia
Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
Lisboa

"TERCEIRAS VIAS" NO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS DA SEGUNDA METADE DE OITOCENTOS: ALGUMAS QUESTÕES PRÉVIAS

João Carlos Graça (ISEG-UTL)

Resumo

A designação das posições doutrinárias da economia política universitária portuguesa da segunda metade de oitocentos com recurso à fórmula de "terceiras vias" constitui no essencial um equívoco.

Se esta última expressão for entendida no sentido de *moderantismo* doutrinário, é falsa no respeitante a Adrião Forjaz de Sampaio (anos de 1850-60), que foi um autor conservador. É-o também fundamentalmente quanto a José Frederico Laranjo (anos de 1880-90), o qual foi um autor socialista.

Se for interpretada como projecto de construção dum quadro teórico e/ou doutrinário exclusivamente português, uma pretensa "escola portuguesa", é igualmente falsa quanto a qualquer dos autores referidos.

Palavras-chave

Terceiras vias, escolas intermédias, escola portuguesa, socialismo, economia cristã.

Abstract

The designation of the doctrinaire positions of Portuguese academic political economy of the second half of the XIXth century by the formula of "third ways" is basically equivocal.

If this expression is understood as a moderate doctrinaire leaning, it is false in what concerns Forjaz de Sampaio (years 1850-60), who was a conservative author; and the same goes for Frederico Laranjo (years 1880-90), who was a socialist one.

If it is understood as a project of construction of an economic vision meant to be essentially Portuguese, a "Portuguese school", it is also false to both of the mentioned authors.

Key-words

Third ways, intermediate schools, Portuguese school, socialism, Christian economy.

Introdução

O pensamento económico português da segunda metade de oitocentos é aqui considerado por referência às obras dos dois principais docentes e autores de manuais universitários neste período: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, nas décadas de 1850-60, e José Frederico Laranjo, nas décadas de 1880-90. A designação das posições doutrinárias de qualquer deles com recurso à fórmula de "terceiras vias" constitui um equívoco.

Se esta última expressão for entendida no sentido de *moderantismo* doutrinário, ou de opção pelas chamadas "escolas intermédias", é falsa no respeitante a Forjaz de Sampaio, que foi um autor conservador; e é-o também quanto a Laranjo, que foi um autor socialista.

Se for interpretada como projecto de construção de um quadro teórico e/ou doutrinário exclusivamente português, uma pretensa "escola portuguesa", é igualmente falsa. Forjaz de Sampaio declarou estar em dívida sobretudo para com uma corrente por si mesmo qualificada como "francesa", a chamada "economia cristã", a qual o teria corrigido da má orientação imprimida à fase inicial da sua obra pelas ideias ditas "inglesas". Quanto a Laranjo, o seu apelo apaixonado ao conhecimento da tradição nacional em matéria de ideias económicas não visou o isolamento nem expressou no fundamental um culto da singularidade, traduzindo muito mais exactamente um esforço de actualização temática e bibliográfica da economia universitária coimbrã em relação ao que era efectivamente produzido pelos economistas europeus de finais do século XIX.

1. Os pontos nos is

Quando, em literatura recente, são feitas referências à orientação doutrinária predominante no pensamento económico português da segunda metade de oitocentos, é usual o recurso a expressões como "terceiras vias", "escolas intermédias", "escola portuguesa" e outras mais ou menos aparentadas, enquanto forma de procurar traduzir realidades *sui generis*, mas ao mesmo tempo estranhamente familiares — diversas do que seria de esperar na história das ideias de um país "normal" e simultaneamente susceptíveis de a ela serem por algum modo reconduzidas. Embora seja esse um facto em si mesmo compreensível, dado o carácter muito real das dificuldades defrontadas, impõe-se sem dúvida um esforço visando mapear de forma mais exacta aquilo que, em boa verdade, parece sobretudo desconhecer-se quando tratamos de nomeá-lo dessa forma.

De facto, estamos aqui perante dois fenómenos algo afins, é certo, mas analiticamente distinguíveis, e que convém começar por separar. Por um lado, o que a referida expressão de "terceiras vias" traduz é uma inclinação pelas atitudes consideradas moderadas, um *moderantismo* doutrinário próximo da noção aristotélica (ou vulgar) de bem como meio-termo. Esta atitude, notemo-lo desde já, tende a aceitar o quadro mental definido pelo eixo direita-esquerda recebido da revolução francesa, eixo que entre nós, tal como na generalidade dos países europeus ocidentais, passou desde 1848 a corresponder em boa medida também ao binómio individualismo-socialismo.

Em resumo, aqueles que a si próprios consideram "moderados", os partidários das frequentemente chamadas "escolas intermédias", reconhecem o referido eixo como núcleo lógico organizador dos debates. Simplesmente, acrescentam-lhe aquilo que poderíamos designar como diferença em módulo relativamente ao centro, o que significa que, para além das medições de graus de direita e esquerda, ou de individualismo e socialismo, ficamos também com uma medição dos graus de moderantismo e de extremismo (ou radicalismo). De forma análoga, ainda recentemente Norberto Bobbio fazia desta outra dimensão do problema, a que se traduz na antinomia moderantismo-extremismo, algo pelo menos tão importante para a definição das políticas quanto a própria oposição esquerda-direita. Em simultâneo, e como aliás seria de esperar, Bobbio tornava razoavelmente claro o seu empenhamento pessoal pelo referido moderantismo, que de resto identificava em boa medida com o pluralismo político (cf. Bobbio 1995; a este respeito ver também Bobbio 1988 e ainda Anderson 1992a).

Pode acrescentar-se a esta linha de força um outro elemento importante na definição dos argumentos: é que, no ambiente mental português e europeu de finais de oitocentos, o mencionado grupo de tópicos surge reforçado pela voga do chamado evolucionismo transformista, ou defesa da mudança paulatina, progressiva, através de pequenas alterações adaptativas, como critério para aferição da vitalidade de quase tudo nas formas biológicas e nas sociais, incluídas naturalmente as económicas. Como se compreenderá, esta inclinação tem uma notável afinidade electiva com o mais antigo culto do meio-termo, pelo que mais do que um autor não tardou a proceder ao respectivo casamento. Em síntese: na segunda metade do século XIX o então novo *transformismo* revigorou significativamente as convicções do "velho" moderantismo.

A defesa deste vem, por outro lado, frequentemente associada também à ideia de que cada um dos pólos da oposição esquerda-direita representa não apenas um valor, ou sequer um sistema de valores coerentes, mas na verdade um conjunto de inclinações mais ou menos heteróclitas, de entre as quais importaria distinguir as componentes, talvez entre si conflituais. Assim, de um quadro mental da doutrina (ou da política) que a lê como realidade unidimensional, passaríamos a um quadro verdadeiramente pluridimensional, no qual os valores assumidos por cada actor ao longo de qualquer eixo de modo nenhum implicariam (nem estariam, talvez, significativamente correlacionados com) os valores por si mesmo assumidos ao longo dos demais eixos. Tratar-se-ia até, em versões mais radicais do mesmo projecto de *desconstrução* da famosa antinomia, de reconhecer que os diversos valores defendidos por cada um são em geral teórica ou praticamente incompatíveis, pelo que escolhas optimizadoras devem necessariamente ser feitas, escolhas essas por vezes com um carácter não racional, agonístico, em todo o caso fazendo explodir a pretensa coerência das mundivisões alegadamente de esquerda ou de direita (cf. Berlin 1969: 118-172; 1980: 25-79; Aron 1991: 502; a este respeito ver também Anderson 1992b).

Por este processo aproximamo-nos, entretanto, de uma outra concepção do problema da esquerda-direita — ou, o que dá o mesmo, do problema das "terceiras vias" —, a qual postula para estas uma realidade caracterizada sobretudo pela singularidade, pela diferença de tudo o mais. Havendo não um, mas múltiplos eixos definidores das problemáticas, as possibilidades de "arrumação" coerente de cada tipo são diminutas, pelo que se trata sobretudo de valorizar o lado ideográfico das pesquisas do historiador, aquele que o faz propender para o reconhecimento da individualidade irrepetível de cada objecto de estudo. Esta outra tendência, cujas raízes no romantismo literário nem por serem evidentes devem deixar de ser aqui pelo menos registadas, vem por isso mesmo também associada ao projecto de classificar

por etnias ou nacionalidades o próprio pensamento. Haveria, assim, ideias e doutrinas "alemãs", "francesas", "inglesas", "espanholas", "portuguesas", etc., muito antes e muito acima de ideias individualistas, socialistas ou outras.

Temos pois, desde já, a respeito do problema das "terceiras vias" e da complicação por ele introduzida no esquema mental da antinomia esquerda-direita: em primeiro lugar, o problema do moderantismo; depois, o da putativa singularidade nacional das ideias.

2. Andanças de um velho demónio

Este último, entretanto, tende no caso em análise a ramificar-se em várias componentes, traduzindo em boa verdade a ambivalência da própria atitude perante as importações culturais. Por um lado há, claro, num país tradicionalmente periférico como Portugal, a fascinação e o desejo de parecer como os demais países, em todo o caso como os que nos servem de *role model*, de referência a imitar, pelo menos em parte. Por outro, a tendência, simétrica da primeira, para procurar refúgio na descoberta (ou na invenção) duma pretensa singularidade ou originalidade portuguesa insusceptível de categorização.

Inúmeros testemunhos oitocentistas podem ser encontrados desta oscilação na cultura e na mentalidade portuguesas. Em estudo muito conhecido, e reportando-se sobretudo aos séculos XVII e XVIII, Vitorino Magalhães Godinho (1980: 113, 159-63) tratou de distinguir no ambiente português tendências "castiças" e tendências "estrangeiradas" digladiando-se pela supremacia, atribuindo aliás à excessiva influência institucional das primeiras a responsabilidade principal no moldar daquilo a que o célebre *médecin portugais* de setecentos, o exilado Francisco Ribeiro Sanches, designou como "cadaveroso reino da estupidez": a sociedade portuguesa de finais do Antigo Regime, com as sua inegáveis sequelas na modernização *mancata* do Portugal de oitocentos.

Sem pretender aprofundar o tema no respeitante ao século XIX, deve em todo o caso reconhecer-se que a referida oposição-complementaridade de inclinações continuou a deixar traços bem marcados na nossa cultura. Quem não recorda, por exemplo, a forma ácida como Eça de Queirós (1845-1900), para referir apenas um dos nomes mais famosos, fazia chacota com o entusiasmo pacóvio dos portugueses (ou, pelo menos, dos lisboetas) relativamente a tudo o que pudesse passar por última moda europeia, sobretudo parisiense? Quem não se lembra também da forma como as mesmas personagens queirosianas se deleitavam pateticamente com a crença relativa ao facto de se estar já a fazer em Portugal (de estarem, em todo o caso, as referidas personagens a proceder) como "o que de melhor se faz lá fora"? Como se poderá, por fim, esquecer a verrina usada pelo próprio Eça relativamente a esta atitude veneradora do que era entre nós considerado culturalmente correcto, "*chic* a valer"?¹

¹ Não interessa agora continuar a seguir no detalhe a forma como a opinião portuguesa reagiu, desde finais de oitocentos e até aos nossos dias, ao espinho queirosiano. Mas é importante deixar registado, pelo menos, que o próprio Eça foi, não raro, acusado de incorrer nos mesmos vícios que denunciava nas suas personagens. O abuso de expressões estrangeiras, em particular de galicismos, como forma de afectar uma pretensa superioridade intelectual, por exemplo, foi-lhe censurado logo na sua própria época, e mesmo por gente próxima de si: foi o caso, entre outros, de Carlos Lobo d'Ávila (cf. Matos 1993: 118-9). Eça, de resto, parecendo ressentir-se desta crítica, queixava-se dela pagando na mesma moeda. Em carta dirigida a Fialho de Almeida, desabafa: "O C. Valbom acusa-me de escrever à francesa, e com *galicismos* que o *arripiam*: e diz isto em períodos absolutamente construídos à francesa, e metendo em cada dez palavras cinco galicismos!" (cit. in Matos 1993: 118).

Simultaneamente por analogia e por contraste com o modelo queirosiano e com as suas marcas no imaginário português, é interessante registar aqui também como José Frederico Laranjo (1846-1910), então deputado progressista e lente de economia política em Coimbra, no início da década de 1880 pensa este problema da singularidade e/ou do atraso português precisamente nos primeiros parágrafos da obra intitulada *Economistas Portugueses*, obra de resto dedicada ao italiano Luigi Cossa, professor na Universidade de Pavia, e na qual Laranjo pretende dar um panorama da produção económica lusitana até aos começos de oitocentos:

"Um país pequeno cujo movimento político e económico é pouco activo e complicado não tem, por isso mesmo, pensadores de teorias profundas ou arrojadas; faltam os factos salientes e vivos que abalam as inteligências e servem de base aos sistemas; faltam os leitores que animem, ao menos com esse aplauso pouco ruidoso, mas significativo, do consumo breve duma edição; falta a crítica dos que trabalham no mesmo ramo de conhecimentos, crítica nem sempre serena, mas em que quase sempre há relâmpagos de luz.

A estes motivos, já poderosos, de pouco desenvolvimento, junta-se outro, é que em concorrência com as grandes obras que vêm de fora, mal podem sustentar-se as obras, forçosamente menores, dos autores nacionais, se, entusiasmada com os nomes gloriosos de estrangeiros, a mocidade mal repara nos naturais; efeito muito saliente dum cosmopolitismo pouco sensato, que, desnacionalizando os espíritos, os impede de manifestarem o modo especial por que uma nacionalidade resolveu ou apreciou os problemas humanos.

Deste cosmopolitismo, que faz consumir as forças na admiração infecunda das obras estrangeiras, padece muito o Portugal hodierno, e a pequenez do movimento social, e aquela doença, tão concentrada já, que nem quase se sente que o é, dão um resultado triste — a pouca produção científica" (Laranjo 1976: 33).

É compreensível que a alguém familiarizado com os temas da "economia nacional" de Friedrich List a simples leitura deste excerto faça evocar de imediato a célebre rejeição da barateza dos produtos como critério único para o consumo dos mesmos, rejeição aqui transportada pelo lente português para a esfera da produção intelectual. De facto, não nos enganaremos se procurarmos compreender o essencial do empreendimento que foi a própria escrita de *Economistas Portugueses* como um apelo de Laranjo a que o argumento de protecção a uma indústria nascente — argumento ele próprio susceptível de ser integrado na teoria geral ou "cosmopolita", note-se — fosse transposto para a vida académica portuguesa.

Entretanto, este como que listianismo universitário a que se apela é indissociável de uma procura do conhecimento factual daquilo que foi, da verdade efectiva das coisas na produção portuguesa em teoria económica. Se pode dizer-se que só se conhece aquilo que se ama, o lente de Coimbra terá manifestamente procurado, invertendo o sentido desta equivalência, estimular, pela divulgação das *res*

O privilegiar da dimensão estética na crítica dos costumes, em detrimento dos aspectos éticos, como se o próprio Eça, qual Basílio (ou, pior ainda, qual Dâmaso), estivesse sobretudo preocupado com a sua pose de dândi, mais do que com uma verdadeira profundidade humana, que é o mesmo que dizer autenticidade artística, também lhe foi apontado: foi o caso de José Régio (cf. Lisboa 2000: 224-5).

Mas talvez a mais significativa das réplicas tenha vindo do lado de Fernando Pessoa, o qual, independentemente de verberar com rispidez o que considerou ser a parolice afectada da generalidade da escrita queirosiana e a sua incapacidade até para o humor (para já não falar de verdadeira ironia), tratou de aprofundar e levar ao extremo as tendências do próprio Eça para a heteronímia: enquanto Bernardo Soares, e invertendo os lugares tradicionais de campo e cidade, chegou ele ao ponto de declarar por exemplo, e aliás em toada de fortíssimas sugestões simmelianas, que "Lisboa só lhe agradava — como paisagem" (cit. in Berrini 1993: 312).

gestae dos economistas portugueses, o gosto e o apego por essa tradição nacional em vias de ser inventada. De acordo com o modelo de trajetória intelectual que do kantismo conduz ao historicismo, a teoria económica nacional desemboca deste modo na história, na narração das coisas feitas: List aponta para a "escola histórica".

Mas deve notar-se aqui sobretudo como a tese do país liliputiano encontra em Laranjo uma resposta que é, a mais do que um título, o exacto oposto da "choldra" queirosiana. Se Portugal é um país pequeno e ridículo, é-o fundamentalmente por não praticar "o *nosce te ipsum*, que, se é uma condição de toda a filosofia, é também a primeira da prosperidade das nações" (idem: 45); é-o, assim, por desprezar "o conhecimento do que a nação é, e do que pode ser, pelo que tem sido" (idem: 45). De facto, esclarece José Frederico, infelizmente,

"Nação de quase oito séculos, parece que temos apenas alguns anos; como às crianças diverte-nos em sentidos variados o vórtice das sensações, só movidas e despertadas por ecos que vêm de fora; e todavia só brilham, como de génio imorredouro, os povos que têm a paciência de fazerem do estudo das suas aptidões a base da sua actividade" (idem: 45-6).

Em simultâneo, e isso é seguramente tão significativo, pelo menos, quanto o referido apelo ao auto-conhecimento através da historiografia nacional, as categorias com base nas quais o professor lê o pensamento económico português são sobretudo categorias da história universal, ou pelo menos europeia, procurando ele inventariar exemplares portugueses de mercantilismo, de fisiocracia, de "economia nacional", etc. — em resumo, o *modo especial* como entre nós se manifestam tendências que se postula serem mais gerais, mesmo humanas. Dito de outro modo, o nacionalismo de Laranjo não deixa nunca de ser um *modo especial* do seu humanismo universalista.

3. A historiografia perseguida pelos fenómenos QWERTY

No trabalho do historiador do pensamento económico, às que ficaram mencionadas acrescem ainda as dificuldades resultantes do facto de se tratar aqui da história de um grupo profissional determinado. Quanto a isso, e para além do que já é a pandémica inclinação para o culto da tremenda majestade, a tentação hagiográfica da generalidade da historiografia, junta-se neste caso ainda, em função dos próprios ritos de preservação da identidade grupal, a compreensível tendência para identificar o *mainstream* com o óptimo, aquilo que se impôs efectivamente como o melhor do ponto de vista das potencialidades de conhecimento efectivo... — o mais ou menos consciente panglossismo evolucionista, em suma.

Deixando agora de lado as questões relativas a fenómenos QWERTY, *path-dependencies*, "equilíbrios pontuados", causalidades circulares cumulativas e afins (cf. Hodgson 1995; Nelson 1995; Louçã 1997; Dennett 2000), o que importa aqui reter é sobretudo a dificuldade muito genuína em distinguir, na história de cada ciência e nas relações entre as várias teorias e doutrinas em presença, aquilo que pode legitimamente ser atribuído à vitória de eventuais "genes egoístas" do saber, ou seus equivalentes, daquilo que deve mais pertinentemente ser referido a possíveis memes altruístas do mesmo saber.

Colocado o problema de outra forma: ao longo dos tempos os cientistas, em particular os economistas, e mais ainda as teorias e mundivisões de que eles são os veículos, têm sobretudo cooperado ou competido? E, se a história efectiva da ciência tem sido a evolução da cooperação, quem e o quê, ao longo dos tempos, tem sido *free-rider*, de que formas se tem exactamente revestido essa atitude, e como preveni-

la? A história científica tem sido fundamentalmente a procura do conhecimento pelo conhecimento, ou antes de tudo o fruto da *Geltungsbedürfnis*, do desejo de reconhecimento, seja em versão de Hegel, de Kojève, de Aron, de Fukuyama ou outra qualquer?

Obviamente inspirado no modelo representado pela famosa obra de Harold Bloom relativa ao "cânone literário ocidental" (Bloom 1997), Peter Rosner propôs recentemente que o culto do cânone fosse transformado em aspecto *axial* da história do pensamento económico, numa espécie de santo dos santos da mesma disciplina, fora do qual nada ou quase nada poderia, por definição, ser encontrado que verdadeiramente justificasse o interesse, o trabalho e a perda de tempo por parte do pesquisador (Rosner 2000). Equivale isso, claro, a fazer do tal desejo de reconhecimento o aguilhão dos esforços considerados proveitosos, assumindo-se que, na disputa de egoísmos previsivelmente resultante, os vencedores foram, são e serão sempre os melhores, que uma mão invisível guia todos esses trabalhos para o benefício geral... — e que assim tudo evoluiu, evolui e continuará a evoluir em direcção ao melhor dos mundos possíveis, como é evidente.

Ainda será necessário acrescentar que discordo por completo de Rosner e que me pronuncio aqui por uma atitude conscientemente não hagiográfica na história do pensamento económico, português ou qualquer outro?

No caso português, porém, e em virtude das razões antes aduzidas, estamos mais habitualmente perante uma tendência hagiográfica que se reporta a terceiros, a estrangeiros; perante uma *hetero-hagiografia*, digamos. Tomemos o caso do trabalho, de resto notável, de António Almodovar sobre o processo de institucionalização da economia política em Portugal na primeira metade do século XIX. Quando se ocupa da obra de Oliveira Marreca, torna-se razoavelmente óbvio o esforço do comentador recente para reconduzir as diferenças específicas portuguesas ao modelo "francês" de simples ênfase no gradualismo e de *lags* entre teoria e prática e/ou entre ciência e arte (cf. Almodovar 1997: 273-91).

Quer dizer, está-se aqui perante uma tendência para proceder à sistemática denegação dos elementos da obra de Marreca que mais radicalmente se afastam do cânone clássico, não se autorizando Almodovar a ver claramente visto aquilo que todavia deixa entrever e é em definitivo irrecusável: a influência de List em Marreca ou, talvez melhor ainda, o fenómeno de "convergência evolutiva" entre o economista português e o seu correlato alemão: primazia da perspectiva das forças produtivas relativamente à da barateza dos produtos, concepção holística das relações entre os vários sectores económicos, importância crucial dos factores morais e políticos para o económico, protecção industrialista, etc.²

Sente-se que é como se, para poder ser considerada digna da modernidade, a economia política portuguesa tivesse absolutamente de seguir o modelo britânico... previamente corrigido e adaptado aos "povos de raça latina" pelos franceses, claro. De novo por analogia com um modelo literário (queirosiano), é como se a célebre educação de Carlos da Maia fosse aqui retrospectivamente alargada aos economistas portugueses de oitocentos pelo historiador dos mesmos. O paradoxo resultante consiste, como é óbvio, sobretudo no facto de a "boa" educação portuguesa e moderna ser, num caso e noutro — uma educação *à antiga inglesa!* Quando a referência

² Quanto ao problema que na história do pensamento económico português constitui o "caso Marreca", e para uma visão diferente deste assunto, na qual se reconhece explicitamente a influência listiana, cf. passim Graça 1993: 141 e segs.; Bastien 2000: 15.

britânica é manifestamente insustentável, apenas se admite, e já como *second best*, a parisiense...

4. Galia Mater?

Este outro constitui sem dúvida um importante elemento para a história da história do pensamento económico português: basicamente, defrontamos neste ponto a tendência para reconduzir a especificidade portuguesa, quando ela é enfim reconhecida, à influência dita francesa, a qual é geralmente também considerada católica, moderada ou "intermédia", conciliadora, defensora da primazia do mercado, sim, mas de um mercado *humano*, por isso mesmo morigeradora, isto é, verdadeiramente moralizadora, etc. Em boa verdade estamos aqui, talvez, perante um daqueles casos em que se comete o erro de tomar os agentes pelas suas auto-imagens: corremos, em suma, o risco de nos estarmos a deixar enganar pela estrutura mítica do objecto de estudo.

A tradição da retórica acerca da moderação, das "escolas intermédias", da moralização e temas análogos é, de facto, bastante antiga, e deixou inegavelmente traços duradouros até aos dias de hoje. Por isso mesmo, convém decerto começar pelo começo: pelo próprio Adrião Pereira Forjaz de Sampaio (1810-74), o "papa" da institucionalização universitária da economia política em Portugal. Tendo iniciado o seu percurso académico seguindo a economia clássica na versão de Say, isto é, na versão defensora do valor-utilidade, que não na versão ricardiana, Forjaz de si mesmo tratou de pintar o retrato segundo o qual se teria depois aproximado da tal influência morigeradora, católica e "francesa", rejeitando assim o espírito "frio", "inglês" e... *voltairiano* de Say (cf. Forjaz 1858: XXIV-V).

Cabe pois, seguramente, indagar de forma mais exacta em que consiste o tal anti-*voltairianismo* de Forjaz. A resposta é que se trataria de acolher a influência benfazeja da chamada "economia cristã" de Alban de Villeneuve-Bargemont, incorporando por essa forma também (ou, mais exactamente, via Mme de Stäel) elementos recolhidos de um certo romantismo alemão, tais como o idealismo filosófico e o suposto leibnizianismo, quer dizer, o reconhecimento da importância da individualidade no estudo da natureza e do homem — ou seja ainda, aquilo que é pensado sobretudo como um anti-materialismo, um anti-spinozismo e um anti-panteísmo. A tudo isso acrescentar-se-iam enfim, e sobretudo, os efeitos benéficos da acção missionária católica tal como definida pelos congressos de Malines de 1863-4.

Colocando entre parêntesis os aspectos mais filosóficos de toda a problemática, bem como as zonas de afinidade e de possível oposição entre a "economia cristã" e essa outra corrente doutrinária também influente na economia política portuguesa de oitocentos que foi o krausismo, retenhamos agora, quanto àquela e quanto a Forjaz:

Em primeiro lugar, que a referida corrente não rejeita no pensamento "inglês" o sensualismo, visto que ela própria, declaradamente, está convicta quanto ao facto de a moral estar fundada no sentimento, e não na razão. De resto, o aspecto que antes de tudo se recusa na economia política clássica é precisamente o facto de esta última se considerar como verdade racional. Tal constitui, segundo a "economia cristã", um típico *erreur de la vérité*, uma deficiência das correntes de teoria social, como em geral as das Luzes e as associadas à revolução francesa, que pretendem apresentar-se como resultado da própria razão, supostamente humana e, nesse sentido, universal. No facto dos interesses e na sua supremacia analítica a "economia cristã" não estigmatiza, pois, o aspecto sensível, mas o racional; o lado de pretensa "verdade

matemática" dos mesmos (cf. Villeneuve-Bargemont 1834 I: 139). Ela própria sabe bem, ou julga saber, que a razão é de todo impotente para controlar as paixões; mas em vez de cometer esse papel aos interesses, prefere remetê-lo para uma "paixão compensatória": a piedade, o respeito instintivo dos pequenos pelos grandes, e a devoção religiosa que a todos perpassa e a toda a "pirâmide" social orienta para o seu verdadeiro cume³. É nesse preciso sentido e só nele — de resto, notemo-lo de passagem, bastante próximo do *moto* principal do discurso de um autor como o inglês Edmund Burke — que a economia "francesa" rejeita o legado dos clássicos, assim apodados em bloco de "abstractos", "frios" e... "ingleses".

Em segundo lugar, que a "economia cristã" foi uma entusiástica defensora do estímulo à actividade agrícola, advogando um regresso em massa às terras como única forma de obter uma moralização duradoura das sociedades, através da orientação das energias para o trabalho e a caridade, em vez da busca interminável de novos gozos que considera associada ao crescimento indefinido e predatório das cidades, das manufacturas e da maquinaria (idem: 294 e segs., 337, 386; III: 583-4).

Em terceiro lugar, que esta corrente, ao contrário do que talvez pudesse supor-se, não foi defensora de uma significativa intervenção do Estado nos processos económicos, embora reconhecesse amplamente a importância de sobrepor preocupações de eficácia e de *sagesse* política a princípios orientadores que fizessem apelo exclusivo a uma estrita lógica económica (ou *economicista*) na conduta do Príncipe. É evidente que esta preocupação com a *sagesse*, com a sensatez intuitiva e mais tradicional do que "abstracta" e "dedutiva", também aproxima a "economia cristã" de Edmund Burke.

Em quarto lugar, que o próprio Forjaz interpretou o legado da "economia cristã" numa forma radicalmente *desregulamentadora*. Referindo-se, por exemplo, à eventualidade de regulamentar o trabalho de menores, o lente de Coimbra rejeita a ideia de seguir o exemplo da Inglaterra, onde tal empreendimento tinha sido levada a cabo por Lord Shaftesbury, alegando com o necessário respeito pelas leis do mercado: é que assim, argumenta, originar-se-ia congestão do trabalho nos sectores não-intervencionados e depreciação nos intervencionados (cf. Merêa 1951: 26). Mas deverá, como alternativa radical, intervencionar-se então todos os sectores? De forma nenhuma. Forjaz confia, isso sim, nos "efeitos morais da educação, previdência e piedade" (idem: 26), quer do lado dos apetites dos patrões, quer do lado dos operários. Mais ainda: numa atitude providencialista (ou fatalista) que de imediato evoca também Bastiat, pensa no equilíbrio e na "harmonia" previsivelmente resultantes desse funcionamento livre do mercado, temperado pela piedade, como uma manifestação da própria vontade do Criador (idem: 19).

Em quinto lugar, que, de forma coerente com o padrão anterior, Forjaz alinhou inequivocamente pelo lado de Ferrer Neto Paiva no confronto deste com as ideias de Rodrigues de Brito relativas à "mutualidade de serviços" enquanto pretensão fundamento do direito, confronto que ficou célebre na sua época e deixou importantes sequelas na Universidade de Coimbra. De acordo com Brito, a tal mutualidade de serviços significava que o próprio do direito, ou do bem, é a prestação recíproca de auxílio, verdadeira característica definidora da vida em sociedade, ou seja, da vida verdadeiramente humana. Ora, segundo Ferrer (e também segundo Seabra e segundo Forjaz), a referida mutualidade teria o perniciosíssimo efeito de transformar o

³ Quanto a isto, a "economia cristã" opõe-se frontalmente àquela que é, segundo Albert Hirschman, a tendência prevalecte na evolução da ética económica ocidental nos séculos XVI a XIX (cf. Hirschman 1980): a ideia de *domesticação* das paixões pelos interesses.

"mínimo garantido" num direito universal, subtraindo-o desse modo à esfera de acção da antiga caridade. Aquilo que era até então, da parte de alguns um acto genuinamente gracioso, da parte de outros uma concessão obtida pela qual (reciprocamente) se ficava devedor de gratidão, passaria a ser para os primeiros um simples dever, para os últimos um verdadeiro direito:

"O pobre, que até agora pedia por caridade, exigirá juridicamente a esmola; e como é um dever jurídico dar o que ele pede, não sendo satisfeita a sua exigência, poderá usar da faculdade jurídica da coacção, sem a qual todos os deveres jurídicos seriam ineficazes e nulos neste mundo. Os tribunais de justiça terão de compelir o rico à prestação da esmola" (Paiva 1869: 8).

Ora, como se compreenderá, isso é de todo em todo intolerável!

Em sexto lugar, que Villeneuve e Forjaz consideraram ambos verdadeiro o fundamental do raciocínio malthusiano relativo à inevitabilidade do pauperismo, postulando que este poderia apenas ser atenuado pela acção da caridade privada e, de forma mais profunda, como efeito da própria moralização dos pobres. Esta última, por outro lado, seria apenas viável enquanto resultado do patrocínio e da tutela dos pobres pelos ricos (cf. Villeneuve-Bargemont 1834 I: 118, 194-5, 215-6, 235-7, 476-8, 484; Pedrosa 1988: XI, 42, 46-8, 50), aceitando aqueles a "sujeição inteligente e activa à direcção" destes (Pedrosa 1988: 47), o que, evidentemente, só seria possível se o "materialismo" e o célebre *voltairianismo* fossem completamente erradicados dos espíritos, deixando-se sentir na sua plenitude os efeitos benéficos do regresso de todas as classes sociais ao seio da santa madre igreja — católica, na versão de ambos os economistas, e, nisso sim, contra as ideias de Malthus.

Parece, deste modo, fazer todo o sentido a ressalva introduzida por Paulo Merêa no seu comentário à obra de Forjaz, notando, em parte contra a opinião do seu colega, correligionário e amigo Luís Cabral de Moncada, que a mutualidade de serviços aceitável para o lente não era de modo nenhum o mutualismo de Proudhon, nem tão-pouco o associacionismo de Fourier ou Blanc (cf. Merêa 1951: 18-9), mas em boa medida, e na esteira dos ensinamentos recolhidos de Bastiat, uma forma de os prevenir e evitar, constituindo de resto as ideias de Forjaz "a extrema-direita da opinião liberal" (idem: 28)⁴.

⁴ Segundo Moncada, a tradição de associacionismo português, remontando à obra de Silvestre Pinheiro Ferreira e na qual Forjaz poderia ser incluído, estaria na linha de gente como Proudhon, Fourier, Blanc e os krausistas. Aliás, chega inclusivamente a referir Silvestre Ferreira como precursor de Louis Blanc e de Proudhon (cf. Moncada 1938a: 38-9). De todos aqueles autores, os que não pudessem ser considerados como defensores do socialismo seriam em todo o caso legitimamente referidos como partidários de uma *via media* entre aquele e o individualismo. Nessa última *mancha* ideológica, segundo Moncada, filiava-se também, embora em versão tradicionalista e católica, o ideário do Estado Novo português.

Os apologistas deste último subscreveram frequentemente esta tese do Estado Novo como *via media*, tendo todavia também, por vezes, o cuidado de reportar a tal via apenas ao corporativismo e à mutualidade, e não ao associacionismo propriamente dito. É manifestamente o caso de Merêa, antigo militante integralista depois convertido ao salazarismo, que assim expressa o cuidado de separar o ideário do Estado Novo das "escolas intermédias" de inclinação mais socializante. Já Moncada, outro antigo integralista cujas inclinações eram em 1938 abertamente germanófilas, levava mais longe a "abrangência" da tal *via media* — mas evidentemente para a desdenhar, considerando-a uma espécie de triunfo da mediocridade, produto da índole anti-filosófica, pragmaticamente conservadora e oportunista dos portugueses, por oposição às alturas intelectuais de que os autores alemães seriam a própria expressão (cf. Moncada 1938a: 146-7; 1938b: 28-9).

Por último note-se ainda, e como comentário a este ambiente de rotulagem das ideias com base na sua proveniência nacional, a enorme balbúrdia em que se desemboca. Já atrás se chamou a atenção para o facto de o atestado de bondade e modernidade das ideias dos economistas portugueses lhes ser não raro conferido pelo carácter inglês e/ou francês das mesmas, um pouco como a educação de Carlos da Maia era considerada boa, moderna e patriótica justamente por estar de acordo com a tradição inglesa. Aqui, para se combater o tal *voltairianismo*, estigmatizado como origem da pavorosa Revolução e das suas ramificações socialistas, mas entretanto bastas vezes considerado ele próprio uma atitude "inglesa", vai-se buscar uma influência e um apoio... à França! E uma parte significativa dos autores franceses em questão, seguindo o famoso exemplo da própria Mme de Stäel, são pelo seu turno... germanófilos! E assim sucessivamente⁵.

5. O caminho para a associação

Como vimos, é no referido horizonte de *recristianização* (católica) que Forjaz e o seu mestre consideram vantajoso promover a associação, a qual deverá assim contribuir para a manutenção das tradições, garantindo o enquadramento e a canalização das pulsões afectivas das grandes massas para a preservação das hierarquias. As associações são pois, neste sentido, pensadas de forma propriamente corporativista, umas nas outras integradas de forma escadeada e supostamente harmoniosa, garantindo a coerência da *grande cadeia do ser*. Bem entendido, está-se aqui nos antípodas de qualquer concepção associativista de índole igualitária. É porque o questionamento de uma parte significa neste caso também uma ameaça ao todo que Forjaz, cujas ideias tradicionalistas são demasiado essenciais para poderem deixar quaisquer dúvidas, se manifesta da mesma forma, por exemplo, a favor da autonomia de acção das famílias e dos municípios:

"Da força, coesão e fixidade do espírito das famílias, elemento do município, resultará a vida activa e resistente dos municípios, elementos do Estado; o qual será tanto

As ideias de Merêa e Moncada, embora divergentes no detalhe, são assim o anverso e o reverso duma mesma inclinação doutrinária: ou bem o Estado Novo traduz uma verdadeira *via media* entre individualismo e socialismo, e por isso, enquanto sinal de mediocridade, é quando muito merecedor de um lamento indulgente (Moncada em 1938); ou bem o Estado Novo constitui não uma *via media*, mas uma forma de radicalismo, embora tradicionalista e conservador, estando o corporativismo à direita das opiniões individualistas e sendo por isso digno de aprovação (Merêa). Anos mais tarde, entretanto, volvida a II Guerra Mundial e perante a ameaça da "barbárie comunista", Moncada optará por deixar de lado as suas divergências com o salazarismo, engrossando a corrente de louvor ao "grande homem" (cf. passim Moncada s. d.).

Mais tarde ainda, e em contexto político obviamente diverso, um outro apólogo do salazarismo vai englobar numa mesma categoria o associacionismo e o "corporativismo integral", supostamente o verdadeiro ideário do Estado Novo, fazendo incluir nela como precursores Silvestre Ferreira, Forjaz de Sampaio, Martens Ferrão, Costa Lobo, Pina Abranches, Oliveira Martins e Marnoco e Sousa (cf. Teixeira 1956 e 1961). De forma bastante significativa, entretanto, Teixeira exclui da referida lista um autor tão obviamente partidário do cooperativismo como foi José Frederico Laranjo. (A este respeito, e como exemplo da exclusão de Laranjo da iconografia integralista, cf. igualmente Campos 1924). Em justificado contraste, Fernando Ferreira da Costa (1978: 20-1) dá-lhe um merecido lugar de destaque no seu tratamento dos doutrinadores cooperativistas portugueses.

⁵ A babel das classificações obtidas em função de critérios nacionais tem significativas repercussões até aos nossos dias. Ver, para a França e para tempos mais próximos de nós, os casos de Louis Dumont (1985 e 1991) e de Emmanuel Todd e Hervé Le Bras (1981) a respeito da atitude moral segundo estes autores prevalecente em terras gaulesas. Ver também, entre nós, os recorrentes debates em torno do problema da "filosofia portuguesa".

mais forte, quanto mais vitalidade tiver o município e a família. A centralização administrativa, que rebaixa o município, tende não menos a dispersar e aniquilar a família: é a necessidade e o natural do despotismo. Mas, enfraquecendo os elementos do todo, caminha à fácil destruição do mesmo todo. A nação, forte pelo município, tem em si, pelo contrário, todos os germens da grandeza e permanência da vida política" (cit. in Merêa 1951: 27).

Quanto a este grupo de temas deve notar-se também que, ao contrário da "economia cristã", cujo alinhamento conservador é relativamente fácil de diagnosticar, já uma outra corrente doutrinária sua contemporânea, cuja influência no pensamento coimbrão de oitocentos tem bastas vezes sido reconhecida, o krausismo, contém inegáveis ambiguidades, que a tornam susceptível de aproveitamentos políticos muito mais diversificados. Entretanto, é de registar igualmente que a variante de krausismo aceite de forma maioritária na Universidade o foi também pelo lado da sua costela mais conservadora, nisto em grande medida ao contrário do que sucedeu no país vizinho (cf. Moncada 1938a: 39-43, 138-41; Pedrosa 1988: VIII, XI, 8; Graça 2002: 106 e segs., 129-30, 151 e segs.).

Ao modelo que basicamente vê nas associações uma forma de tutela dos pobres pelos ricos devem contrapor-se de forma clara as concepções, frequentemente tingidas de matizes fourieristas, proudhonianos e outros, mas nem sempre, que pensam nelas sobretudo em termos de defesa da acção colectiva e da autodeterminação. Na verdade, estas últimas não correspondem nem a uma tendência conservadora, nem tão-pouco são liberais no sentido económico do termo — mas isso acontece porque a sua inclinação é em geral socialista. De facto, ao contrário do projecto propriamente liberal, para o qual a modernidade, implicando a defesa da autonomia individual, significaria de alguma forma a dissolução do protagonismo dos poderes públicos (ainda mesmo se democráticos, ou sobretudo nesse último caso), os autores desta outra corrente são com frequência, e em simultâneo, a favor de mais Estado, de mais "associação" e de mais "liberdade". É o caso, entre outros, do já mencionado José Frederico Laranjo. Este último, discursando na Câmara dos Deputados, declarou em determinado momento:

"Fui socialista nos bancos da universidade; sou-o na cadeira de professor; não desse socialismo anárquico, que é uma triste consequência de um individualismo intransigente e nocivo; mas desse socialismo, que resulta das condições da história e das da actualidade, que se designou pelo nome de socialismo catedrático, porque o iniciaram professores, e que é suficientemente largo para poder compreender numa vasta síntese o socialismo de estado e o socialismo cooperativo.

Sou socialista de estado, porque com a extensão enorme que as condições económicas actuais impõem a certas empresas, ou o estado as possui, ou elas o dominam; sou socialista cooperativo, porque em frente dessas empresas, tanto no poder de grandes companhias, como no poder do estado, ou os indivíduos se organizam e agrupam em cooperativas, ou desaparece a sua liberdade real, embora se mantenha a sua liberdade aparente. (*Apoiados*). O meu socialismo não é um ataque à propriedade; é uma resistência ao capitalismo; não é um ódio a nenhuma classe; é um sentimento de benevolência por todas. (*Apoiados*)" (Laranjo 1887: 14).

Ora, se ao nível da intervenção política Laranjo tornava clara a sua inclinação simultaneamente pela intervenção dos poderes públicos no económico e pelo associativismo, é interessante registar que no magistério a sua orientação doutrinária não sofre significativa alteração relativamente a este modelo (cf. passim Laranjo 1870; 1883; 1885; 1890; 1997: 121-42). Escreve ele no manual universitário, por exemplo:

"A participação nos lucros e as cooperativas de consumo e de crédito são úteis não só em si mesmas, mas também como uma base económica e moral das cooperativas de produção, nas quais os operários se associam para produzir em comum e vender, substituindo o empresário por um gerente eleito por eles, recebendo somente um salário médio e repartindo no fim do ano os lucros" (Laranjo 1997: 134-5).

Note-se neste último trecho, em particular, que a defesa duma aparente solução de compromisso, a simples participação nos lucros, não é considerada por Laranjo como verdadeira alternativa ao associativismo "radical" e à completa *substituição* da figura do empresário, mas como transição paulatina para isso mesmo. A *via media* não é aqui uma forma de prevenir um "extremismo", bem pelo contrário: é precisamente o caminho de declive suave para ele.

Assim se torna compreensível que, na apresentação a que procede das opiniões das várias "escolas", isto é, das várias correntes doutrinárias, Laranjo sistematicamente manifeste a sua inclinação ou pelas escolas socialistas, ou pelas intermédias, ou por ambas, chegando aliás a referir-se-lhes em bloco, e em tom claramente laudatório, como "escolas socialistas e intermédias" (idem: 45, 46, 109). A tendência fundamental de José Frederico pode, deste modo, ser definida como uma tomada de partido pelas "escolas intermédias" no imediato — uma espécie de curto e médio prazo, que este contemporâneo de Alfred Marshall todavia não nomeia dessa forma —, a qual é por outro lado pensada enquanto forma de garantir uma transição progressiva para o socialismo num horizonte temporal algo impreciso, mas decerto dilatado — um prazo *longuíssimo*, acarretando significativas alterações técnicas e, mais importante ainda, morais.

Esta atitude condu-lo, por exemplo, a defender que a teoria do valor-trabalho seria plenamente válida apenas para uma organização económica diferente da actual, ao passo que nesta podem considerar-se os custos de produção como aproximação cientificamente válida ao "ideal remoto" (idem: 158) que é o valor-trabalho. Também o leva a opinar que a generalização da produção cooperativa e/ou da propriedade pública acompanhada de autogestão operária é possível e desejável, mas pressupõe uma instrução muito mais generalizada e uma atitude moral diferente da predominante no seu tempo (idem: 140-1). E assim sucessivamente.

Em todo o caso, é importante marcar bem que Laranjo não retira deste culto do longo e do longuíssimo prazos implicações de *laissez-faire* no imediato: desde logo, porque defende a intervenção do Estado através do protecçãoismo concebido como forma de estimular a diversificação económica do organismo nacional, a industrialização, o combate às desigualdades sociais e a quebra do ciclo vicioso de atraso económico, monofuncionalidade agrícola e excesso populacional aparente⁶; em segundo lugar, porque propugna a intervenção estatal traduzida no próprio estímulo ao associativismo, em particular ao mutualismo; em terceiro lugar, porque pensa ter o Estado também iniludíveis responsabilidades em matéria de transportes, minas, instrução e circulação fiduciária, entre outras áreas, defendendo que a intervenção dos poderes públicos é ainda mais necessária nos casos de tendências para o monopólio ditadas por condicionalismos técnicos; depois, porque, em atitude marcadamente

⁶ Quanto a isto, deve notar-se a invocação explícita de Carey e de List em apoio das suas ideias, logo na tese de doutoramento de José Frederico. O economista norte-americano é aqui mencionado repetidas vezes, e o alemão em duas ocasiões (cf. Laranjo 1878: 104, 199). Nos *Princípios* de 1891 (Laranjo 1997), esta dupla de economistas tem seguramente a posição de maior destaque entre todas as autoridades referidas.

heterodoxa para a época (e cuja inspiração se encontra em List e Carey), é de opinião que a massa monetária em circulação numa economia não é neutra, defendendo o seu acréscimo continuado como forma de garantir a democratização da repartição do rendimento e o estímulo ao crescimento; depois ainda, porque tem uma concepção marcadamente garantista do económico, pensando por exemplo ser defensável a imposição legal de um sistema de seguros contra infortúnios vários, "como uma rede estendida, para amortecer quedas, por baixo da ginástica variada e trabalhosa da vida" (Laranjo 1902: 1); finalmente, e mais importante que tudo, porque acha que é dever dos próprios poderes públicos, e não assunto para ser deixado à caridade, garantir um mínimo de subsistência a cada um e a todos, ao "homem, só pelo facto de o ser" (Laranjo 1907 II: 35), num quadro de expansão geral dos vários direitos, um pouco à maneira das célebres três cidadanias de Thomas Marshall, as quais se vão sobrepondo e reforçando mutuamente (cf. passim Laranjo 1873: 50; 1878: 60-106, 199; 1887: 2; 1902: 1-2; 1904; 1907 II: 28-9; 1997: 58-98, 179, 186-9, 258-66),

Em síntese, Laranjo é ao mesmo tempo "moderado", no referente aos ritmos da mudança, e "radical", em matéria de inclinação histórica para o socialismo. De forma ainda mais exacta, ele tem uma concepção simultaneamente fabiana e niveladora deste último, pensando nele como correspondendo também, por definição mesmo, ao triunfo da moderação, na medida em que deverá traduzir a entrada em cena do "homem médio" e do "grande número". De Aristóteles, cujo culto da *via media* de resto subscreve e que é para si o objecto de uma verdadeira veneração (cf. Laranjo 1899), afirma entretanto que, "chamando os gregos à moderação", o estagirita teria sido "quase um socialista, como o foram, em ideal, os maiores espíritos da antiguidade" (Laranjo 1907 I: 207).

Igualmente nos *Princípios de Economia Política* torna clara a sua tomada de partido pela perspectiva do "maior número", em cuja apoteose confia e à qual saúda com entusiasmo, e mesmo a favor da objectivação das relações económicas, em particular da função empresarial (cf. passim Laranjo 1997: 7, 50, 134-5, 140-4, 157, 164-6). Mas talvez este *parti pris* pelos tais "números" tenha ficado bem expresso sobretudo em certo discurso parlamentar, no qual José Frederico, respondendo ao regenerador Júlio de Vilhena, a si próprio e ao seu grupo parlamentar refere precisamente enquanto "nós os números". Note-se aqui, em particular, como esta transposição do culto do quantitativo para a esfera do político conduz exactamente à substituição da aristocracia, o governo dos melhores, pela democracia, o governo das maiorias. A consciência disso é plena e expressa-se com clareza:

"Perguntou o ilustre deputado: Onde está o sr. António Cândido? Onde o sr. António Enes? Onde o sr. Oliveira Martins? O que ficava eram os números.

Nós os números agradecemos.

Os grandes talentos são em geral os grandes impressionáveis e às vezes os exageros de injustiça com que são agredidos os governos, os processos desusados da oposição desgostam-nos e retraem-nos (...).

Ficaram ao lado do governo os números? Pondo-me a mim de fora, poderia dizer que há na maioria talentos brilhantes, parlamentares já experimentados, e outros de largo e prometedor futuro; e se o ilustre deputado reconhece que a maioria é dedicada ao governo, em tempos tão pouco altruístas, e em que tão pouco é de uso darem-se dedicações de graça, isso demonstra que o governo as merece. (*Apoiados.*)

Direi ainda a s. exa. que são os números que constituem as nações; que são os números que as defendem e sustentam; que é dos números que saem as ideias e os sentimentos que impressionam os grandes talentos; que os números sem os grandes talentos podem ser alguma coisa; que os talentos sem os números não são nada; e se um filósofo pôde

dizer que os números governavam o mundo, esta maioria pode e deve continuar a governar o país, porque é o seu direito, e porque é o seu dever" (Laranjo 1888: 43-4).

Assim, e de forma abreviada, pode dizer-se sem margem para dúvida que Laranjo foi socialista simultaneamente sendo fabiano e sendo *leveller*: ser moderado foi já, para si, uma certa forma de ser igualizador.

Em coerência com este padrão, seguindo a corrente predominante do pensamento progressista e ao contrário da tradição de teoria social conservadora posterior à revolução francesa (cf. Hirschman 1997), tendeu a pensar na liberdade, seja no sentido de liberdade positiva ou de liberdade negativa, como objectivo afim desse outro valor que foi a igualdade — de forma nenhuma em conflito com ele, mas reforçando-se reciprocamente. Ao conjunto formado por estes dois valores e pela fraternidade, verdadeira origem do associacionismo que ele próprio subscreve incondicionalmente, refere-se aliás José Frederico, em certo momento, como "triângulo luminoso e santo da revolução francesa" (Laranjo 1873: 26), fórmula que é já decerto mais eloquente por si mesma do que qualquer comentário que se lhe pudesse adicionar.

Bem assim, de acordo com o que normalmente se entende por socialismo, pensou quer num maior protagonismo da acção colectiva quer numa maior intervenção económica dos poderes públicos como tendentes ao reforço da autonomia individual, sendo mesmo condições absolutamente necessárias para a salvaguarda desta, em vez de constituírem para ela uma ameaça ou uma verdadeira alternativa. Quanto a este último aspecto a sua é também, evidentemente, uma posição bem diversa da que Anthony Giddens (1994: 21-37) definiu e propôs como correspondendo à "política radical": o "construtivismo social" e a "reflexividade" que Laranjo obviamente visa promover subentendem quer uma multiplicação dos agentes sociais cognitivos autónomos, quer a existência duma instância central (os poderes estatais), quer ainda de instâncias intermédias (as associações parciais), cujas relações com a autodeterminação dos indivíduos se postula poderem ser fundamentalmente de cooperação e de complementaridade, não de conflito⁷.

A breve comparação de Forjaz com Laranjo permite, deste modo, concluir acerca do quão ilusória se pode tornar a inclusão do conjunto da economia política universitária portuguesa da segunda metade de oitocentos na categoria de "terceiras vias", concebidas estas enquanto predominância das "escolas intermédias". De facto, reportando-nos ao eixo esquerda-direita, ou socialismo-individualismo, rapidamente concluiremos que, se Laranjo tem uma posição que é globalmente susceptível de ser considerada como de "centro-esquerda" — sob a importante ressalva de este "centro-esquerda" ir deslizando de forma imperceptível mas continuada para a esquerda —, já com Forjaz se trata de um autor que pode bem ser classificado na categoria dos conservadores inteligentes, aceitando como *fait accompli* o quadro político liberal, mas procurando ao mesmo tempo reconduzi-lo a uma mundivisão católica-conservadora, visto estar convencido de que as ideias de 1789 conduziam demasiado rapidamente às de 1848. Foi neste contexto que propugnou também pelas práticas de

⁷ A este respeito ver também Perry Anderson (1994: 39-44), comentário às posições de Giddens no qual se nota de forma certa que a defesa do liberalismo com base na tese do "construtivismo social" tem notáveis afinidades com as concepções de Habermas relativas ao "espaço público", sendo porém, umas e outras, ideias profundamente opostas, nos seus fundamentos filosóficos, às apresentadas em defesa do mesmo liberalismo por Friedrich von Hayek. Segundo este último, deveria antes confiar-se sobretudo na tradição e na espontaneidade como caminhos para o óptimo, de forma nenhuma na acção humana reflectida.

laissez-faire e as leu à maneira providencialista de Bastiat — ou seja, e tal como Merêa de forma acertada o situou, ele representava "a extrema-direita da opinião liberal".

6. O caso de cada um e a lei geral

É certamente digna de nota a estreita analogia entre o problema das particularidades dos casos nacionais em matéria de história do pensamento económico e o que está associado à história económica. Na verdade, e como se sabe, o modelo de revolução industrial inglesa tendeu por mais de uma vez a ser considerado como a norma, sendo todos os casos *desviantes* tomados como sinal ou de aberrações, excentricidades nacionais, ou de atraso *tout court*. Levou o seu tempo para que um tipo de raciocínio como o desenvolvido, por exemplo, por Alexander Gerschenkron (1979) fizesse valer toda a sua fecundidade analítica. Atente-se sobretudo como, do ponto de vista de Gerschenkron, quanto maior o atraso, maior o número de singularidades que é detectável em cada caso de industrialização, todavia — e é isso o que mais importa sublinhar — sem que se torne impossível o registo também de um certo número de padrões dotados de generalidade.

Há assim, reconhecidamente, um certo número de traços que tendem a ser característicos dos *latecomers* de primeira vaga, um certo número de outros que sinalizam os de segunda vaga, etc. Factos que antes, e de acordo com o modelo fundado na estrita perspectiva anglocêntrica, não passavam de realidades "irracionais", precisamente porque desviados na norma inglesa, ou, no reverso da mesma visão, de puras idiosincrasias, passam depois a poder ser considerados como providos de lógica e susceptíveis de classificação — sinais por vezes de atraso, sim, mas, mesmo aí, porventura menos sintomas de um mal do que formas de o superar. A um problema que, sendo no fundamental o mesmo, varia entretanto em função das mudanças de circunstâncias e de envolventes internacionais, faz-se face usando estratégias que vão, também elas, mudando de acordo com as referidas circunstâncias.

Ora bem, algo de análogo ao que Gerschenkron fez em matéria de história económica fizeram-no mais recentemente, em história do pensamento económico e em maior grau, Erik Grimmer-Solem e Roberto Romani (1998). A impressão fundamental que recolhe o leitor é, neste outro caso, a da grande "normalidade" (do ponto de vista da frequência estatística, e numa pesquisa cujo âmbito é a Europa ocidental e central) do afastamento em relação ao modelo da "economia pura", seja em versão clássica (seguidora de Ricardo ou de Say), seja em variante neoclássica. Em resumo, muito mais do que seria de esperar à primeira vista, a economia política tal como ela efectivamente se estuda na Europa continental é, em finais do século XIX, um saber comportando uma enorme diversidade de orientações teóricas e doutrinárias, no qual ricardianismo, historicismo e marginalismo, para além de outras correntes menores, disputam uma hegemonia que está muito longe de ser reconhecida a qualquer que seja⁸.

Não apenas a heresia — quer dizer, o afastamento do modelo da "economia pura" — é um mal mais ou menos pandémico na Europa continental, que não uma verdadeira singularidade nacional de qualquer país: ela manifesta-se em boa verdade

⁸ A este respeito cf. também Michel Zouboulakis, autor segundo o qual, em face da comum reacção de adversidade para com o marginalismo da parte dos ricardianos e da parte dos historicistas — as duas correntes alegadamente preponderantes na época —, a "miopia diante da «revolução marginalista» tem portanto o ar duma epidemia geral" (Zouboulakis 1993: 155).

no próprio Reino Unido, onde o historicismo e o comtismo, por exemplo, estão largamente em voga pelos finais de oitocentos.

As manifestações da dita heresia também divergem imenso de caso para caso. Por vezes exprimem-se sobretudo do ponto de vista metodológico, noutras ocasiões são os aspectos das implicações políticas a estarem em questão antes de tudo, outras vezes trata-se sobretudo de problemas de teoria do valor, mas os temas em debate alargam-se em várias outras direcções. Se padrão existe com toda a clareza, é o padrão... da multiplicidade e da variedade de combinações possíveis a serem experimentadas. O que é mais: vários traços que tenderíamos à primeira vista a tomar como manifestação de atraso são, aqui também, sobretudo formas de procurar ultrapassar este. A pior coisa que um país atrasado pode fazer é, dir-se-ia, ter medo de se reconhecer e se mostrar como é — igual a si próprio, efectivamente atrasado quanto a alguns aspectos —, continuando por isso a pretender imitar uma "norma"... que aliás não o é, nem mesmo no país usualmente considerado como referência para os demais.

É basicamente no quadro definido por Grimmer-Solem e Romani que deve ser situada a obra de José Frederico Laranjo. De facto, não obstante o apelo antes referido à descoberta ou à invenção de uma tradição nacional de economia política, ou exactamente por isso mesmo, é importante sublinhar aqui o quanto aquela representa também, e em particular no confronto com o que foi o padrão de Forjaz e do período imediatamente posterior ao magistério deste (o período de Manuel Nunes Giraldes), um indelével esforço de actualização temática e bibliográfica. Regressando à analogia primeiro proposta com a história económica e com a obra de Gerschenkron: a relativa heterodoxia da obra de Laranjo foi entretanto propiciadora de um inegável *catching up* teórico e doutrinário.

O caso de Laranjo e os possíveis equívocos no seu mapeamento permitem, entretanto, regressar ao problema "bifronte" da modernidade definida primeiro de uma forma excessivamente restrita, segundo o exemplo económica e politicamente correcto da "economia pura" e do Reino Unido, justapondo-se a essa definição inicial demasiado limitadora um reconhecimento muito deficiente de tudo o mais, o qual tende por isso a englobar sob designações comuns realidades muitíssimo diversas, um pouco como uma rubrica contabilística de "outros". É neste outro universo mental e nas suas aporias, que, segundo me parece, deve antes de tudo ser situada a questão da aparentemente excessiva proliferação de "terceiras vias", agora concebidas como "escola portuguesa" ou algo afim, no pensamento económico do Portugal da segunda metade de oitocentos.

A atitude perante a alteridade, e precisamente em virtude dos referidos bloqueios, tende ela própria a ser uma atitude oscilante. Simplificando um pouco, e recorrendo de novo a uma transposição para o universo literário, é como se tendesse a oscilar-se entre o modelo da "choldra" do Eça enquanto jovem iconoclasta e o modelo dos temas idílicos e supostamente redentores e caturras das "serras" e das "torres" do mesmo Eça enquanto *vencido e arrependido*. São mais do que conhecidas, na obra do romancista, por exemplo as referências encomiásticas do famoso conselheiro Acácio à obra de Bastiat. Porém, se este jovem Eça terá sido fundamentalmente adversário da atitude panglossiana, se a "choldra" o foi, assim, antes de mais pelo deixa-andar que a influência de Bastiat dir-se-ia tender a induzir, já o Eça tardio, crítico do excessivo "materialismo" da civilização de finais do século, parece exprimir sobretudo uma decepção relativamente à economia política tomada agora em bloco. O novo nacionalismo tradicionalista e caturra, que Eça aprendera com o Oliveira Martins da última fase, só podia expressar sarcasticamente o desprezo que sentia pela vil ciência

quantitativa da mera riqueza material. É o que está bem patente no conto intitulado *Civilização*:

"Uma tarde que eu desejava copiar um ditame de Adam Smith, percorri, buscando este economista ao longo das estantes, oito metros de economia política! Assim se achava formidavelmente abastecido o meu amigo Jacinto de todas as obras essenciais da inteligência — e mesmo da estupidez. E o único inconveniente deste formidável armazém do saber era que todo aquele que lá penetrava inevitavelmente adormecia, por causa das poltronas, que providas de finas pranchas móveis para sustentar o livro, o charuto, o lápis das notas, a taça de café, ofereciam ainda uma combinação oscilante e flácida de almofadas, onde o Corpo encontrava logo, para mal do Espírito, a doçura, a profundidade e a paz estirada de um leito" (Queirós s. d.: 88).

Existe aqui, claro, uma estreita analogia com o essencial das posições defendidas por Oliveira Martins, embora também com inegáveis diferenças no estilo e no detalhe. Em particular, deve notar-se que este último tende já em escritos iniciais para a recusa da intervenção económica do Estado — é o caso, por exemplo, da noção de Portugal enquanto país "essencialmente agrícola" e da aversão pelo proteccionismo aduaneiro no *Portugal e o Socialismo* de 1873 (cf. Martins 1990: 103 e segs., 180) —, ao passo que o seu alegado socialismo catedrático posterior é pensado sobretudo como recusa do universalismo moral e primazia da *Machtpolitik* (cf. Martins 1877; 1920; 1953; 1992; 1994). Oliveira Martins, de resto, acabou por se demarcar explicitamente das posições doutrinárias quer socialistas quer democráticas (cf. Martins 1951), subscrevendo as teses de Jevons em teoria do valor enquanto por outro lado tornava claro que considerava a grosseira "crematística" um saber menor (cf. Martins 1995)⁹.

Resumindo, começa-se com uma boa parte da Geração de 70 por recusar a economia política oficial em nome de uma mescla algo confusa de elementos proudhonianos, hegelianos, krausistas e outros — em todo o caso, em atitude que globalmente é necessário definir como de inequívoco favor às importações culturais e à teorização relativa ao económico —, para acabar-se a subscrever Jevons ao mesmo tempo que se opina que a ciência económica (ou "crematística"), toda ela, vale muito pouco, devendo ser substituída por saberes mais profundos e mais autênticos — ou mesmo posta de lado, em nome da sabedoria instintiva que fornece a vivência rústica e "natural"¹⁰.

Entretanto, e precisamente por contraste com as marcadas oscilações de Eça e de Martins entre audácias "estrangeiradas" e arrependimentos "castiços", é necessário

⁹ Ao contrário do que conta uma famosa lenda, Oliveira Martins tão-pouco foi partidário de um proteccionismo industrialista de tipo listiano. Também nisso se distingue claramente, por exemplo, de Frederico Laranjo. (Quanto a este último, e como exemplo de pró-listianismo, cf. em particular Laranjo 1878 e 1997).

¹⁰ Martins, o lusitano caturra que Martins quis ser, era de resto conhecido familiarmente como o *oncle phiposophe* — e não o "tio economista", claro — pela filha do dândi nostálgico e *sistemato* que foi o Eça tardio (cf. Ferro 1993: 786). Este último, entretanto, dir-se-ia não nutrir grande respeito nem mesmo pela tal de "filosofia", parecendo preferir a acção política vigorosa e eficaz aos excessos de falatório e de amadorismo. É, pelo menos, o que dão bem a entender as suas referências às conversas de Martins com D. Carlos, bem como a sua alusão às inclinações cinegéticas do monarca, na qual não é aliás muito difícil notar ecos de uma certa imagem *cliché* de Luís XVI. Anotava ele, nos seus últimos anos: "Oliveira Martins cada vez mais pessimista; de vez em quando vai conversar com o rei; ambos eles concordam que isto é uma choldra e que não pode durar, e depois, muito tranquilamente, o rei vai caçar e Oliveira Martins vem filosofar" (cit. in Pageaux 1993: 318).

reconhecer a notável solidez e coerência do que foi nesta matéria a atitude de José Frederico Laranjo.

7. Moderantismo ou neutralidade axiológica?

Uma última nota deve ser deixada para sublinhar, em toda esta discussão da questão das "terceiras vias", a inegável presença também, na economia política portuguesa de oitocentos, de um problema de *vendabilidade* institucional e política das várias atitudes. Notemos, em suma, que o magistério universitário tende a vir associado não propriamente à defesa de uma "neutralidade axiológica" à *la* Max Weber (1979a e 1979b), mas à apologia de um "meio-termo" mais ou menos consensual. Quer dizer: onde o alemão proclamava orgulhosamente, quase luteranamente, que a atitude científica se refere tanto à "moderação" ou ao *consensus omniae* como a qualquer dos "extremos" — isto é, rigorosamente nada —, aqueles que, ressalvadas as devidas distâncias, podem ser considerados os seus correlatos portugueses inclinaram-se realmente para a identificação da atitude científica com as tomadas de posição "intermédias", evolucionistas, transformistas, etc.; ou então, em alternativa, fizeram voto de silêncio¹¹.

Quando em Coimbra se abandonou a posição "intermédia", foi a favor de uma nova vaga iconoclasta, agora em boa medida de sinal oposto à do jovem Eça: a da denúncia do *estúpido* século XIX, a da ideologia fascista *in statu nascendi*; ou então, de aprofundamento politicamente radical (republicano) das inclinações iniciais da Geração de 70. No caso português, em síntese — e isso reflecte evidentemente a fraqueza institucional da Universidade, a sua enorme permeabilidade à envolvente política de cada momento —, só pôde pensar-se a independência ou a "isenção" científicas como defesa por definição também, ou da completa sublimação do investigador enquanto pessoa, ou da moderação em matéria de inclinações doutrinárias. Quando os campos se extremaram politicamente, entre republicanismo maioritariamente de inclinação socialista ou *solidarista* (cf. Catroga 1991) e tradicionalismo integralista, foi a própria possibilidade de continuação do trabalho científico que ficou comprometida pela raiz — a não ser que a norma da castidade política fosse acatada, em todo o caso publicamente, com o que o *clerc* salvava pelo menos as aparências e a honra do convento universitário.

Reflexos desta debilidade há-os, bem entendido, até hoje. É ver, por exemplo, as frequentes e muito publicitadas acusações de múltiplos autores a alguns sociólogos famosos, segundo as quais estes se teriam transformado em "sociólogos profetas", tendo dessa forma perdido o estatuto científico, dado sustentarem opiniões políticas radicais e não se coibirem de as manifestar. Segundo me parece, estas acusações traem sobretudo, da parte de quem as formula, a enorme má consciência relativa ao seu próprio estatuto social. Repare-se que, caso se tratasse de opiniões consideradas moderadas, já não haveria qualquer problema... Ou, talvez mais exactamente: dir-se-ia que, para se ser neste caso "científico", pelo menos numa área de estudos como a sociologia, menos socialmente aceite enquanto saber do que a economia, tem ainda

¹¹ Há aqui, entretanto, decerto também um problema de diferenças geracionais. Laranjo, próximo cronologicamente de Schmoller (n. 1838), é obstinadamente reformista como ele, embora algo mais pró-socialismo. Já o seu sucessor Marnoco (n. 1869), bem mais vizinho de Weber (n. 1864), parece sobretudo querer ser "museológico" e "neuro", afadigando-se no arrolar das várias posições doutrinárias em disputa em cada assunto, frequentemente sem chegar ele mesmo a tomar posição.

hoje de se ser "moderado" e "intermédio" como condição prévia para poder pretender ser ouvido enquanto respeitável, "isento" e cientificamente relevante.

Será absurdo assumir que factores análogos a estes terão influenciado de forma muito significativa a comunidade dos economistas-juristas portugueses de finais de oitocentos, induzindo-a de múltiplas formas, das quais a auto-censura não é decerto a menos importante, à tal atitude porventura excessivamente favorável às "terceiras vias" concebidas como "escolas intermédias"?

Bibliografia

- ALMODOVAR, António (1995), *A Institucionalização da Economia Política Clássica em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- ANDERSON, Perry (1992a), *The Affinities of Norberto Bobbio*, in *A Zone of Engagement*, London-New York, Verso, pp. 87-129.
- IDEM (1992b), *The Pluralism of Isaiah Berlin*, in *A Zone of Engagement*, London-New York, Verso, pp. 230-250
- IDEM (1994), *Comment: Power, Politics and the Enlightenment*, in Milliband, edição (1994), pp. 39-44.
- ARON, Raymond (1991), *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- BASTIEN, Carlos (2000), *A Divisão da História do Pensamento Económico Português em Períodos*, Série Documentos de Trabalho do GHES-ISEG, nº 16.
- BERRINI, Beatriz (1993), *Eça e Fernando Pessoa*, in MATOS, A. Campos, organização e coordenação (1993), pp. 311-4.
- BERLIN, Isaiah (1969), *Four Essays on Liberty*, Oxford/New York, Oxford University Press.
- IDEM (1980), *Against the Current - Essays in the History of Ideas*, London, The Hogarth Press.
- BLOOM, Harold (1997), *O Cânone Literário Ocidental*, Lisboa, Temas & Debates.
- BOBBIO, Norberto (1988), *O Futuro da Democracia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- IDEM (1995), *Direita e Esquerda, Razões e Significados de uma Distinção Política*, Lisboa, Editorial Presença.
- CAMPOS, Fernando (1924), *Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra-Revolução*, Lisboa, Portugália.
- CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2 volumes.
- COSTA, Fernando Ferreira da (1978), *Doutrinadores Cooperativistas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte.
- DENNETT, Daniel C. (2000), *A Ideia Perigosa de Darwin*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- DUMONT, Louis (1985), *Homo Aequalis I, Genèse et Épanouissement de l'Idéologie Économique*, Paris, Éditions Gallimard.
- IDEM (1991), *Homo Aequalis II, L'Idéologie Allemande, France-Allemagne et Retour*, Paris, Éditions Gallimard.
- FERRO, Luís dos Santos (1993), *Queiroz de Castro, D. Maria d'Eça de*, in MATOS, A. Campos (1993), organização e coordenação, pp. 785-91.
- GERSCHENKRON, Alexander (1979), *Economic Backwardness in Historical Perspective, A Book of Essays*, Cambridge, Massachusetts and London, England, The Belknap Press of Harvard University Press.
- GIDDENS, Anthony (1994), *Brave New World: The New Context of Politics*, in Milliband, edição (1994), pp. 21-38.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1980), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia.

GRAÇA, João Carlos (1993), *Proteccionismo e Livre-Cambismo em Portugal, em Meados do Século XIX: Materiais para a Compreensão de um Problema*. dissertação de mestrado em Sociologia e Economia Históricas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (mimeografado).

IDEM (2002), *As Ideias Económicas e Sociais de José Frederico Laranjo*, dissertação para obtenção do grau de doutor em Economia apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (mimeografado).

GRIMMER-SOLEM, Erik and ROMANI, Roberto (1998), *The Historical School, 1870-1900: a Cross-National Reassessment, History of European Ideas*, Vol. 24, Nos. 4-5, pp. 267-299.

HIRSCHMAN, Albert (1980), *Les Passions et les Intérêts*, Paris, Presses Universitaires de France.

IDEM (1997), *O Pensamento Conservador*, Lisboa, Difel.

HODGSON, Geoffrey M. (1995), *The Return of Institutional Economics*, in Smelser e Swedberg, edição (1995), pp. 58-76.

LARANJO, José Frederico (1870), *Grémio - Ilustração Popular de Castelo de Vide - Discurso de Inauguração*, Coimbra, Imprensa Literária.

IDEM (1873), *As Formas de Governo*, Coimbra, *O Instituto*, Vol. 16, pp. 1-5, 25-8 e 49-51.

IDEM (1878), *Teoria Geral da Emigração e sua Aplicação a Portugal*, Tomo I (único) - *Teoria Geral*, Coimbra, Imprensa Literária.

IDEM (1883), *Formas Históricas da Organização das Indústrias e Transformação das Actuais*, Coimbra, *O Instituto*, Vol. 31, pp. 1-19.

IDEM (1885), *Sociedades Cooperativas*, Lisboa, David Corazzi, Editor.

IDEM (1887), *O Banco Emissor*, intervenção na Câmara dos Deputados no dia 10 de Junho de 1887, Lisboa, Imprensa Nacional.

IDEM (1888), *A Questão do Porto de Lisboa*, intervenção na Câmara dos Deputados no dia 7 de Maio de 1888, Lisboa, Imprensa Nacional.

IDEM (1890), *Liberdade e Associação*, Portalegre, Tipografia de F. C. Sanches.

IDEM (1899), *A Política de Aristóteles - Resumo*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

IDEM, (1902), *Os Operários sem Trabalho e a Evolução Económica*, Portalegre, *O Distrito de Portalegre*, nº 917, de 12 de Fevereiro, pp. 1 e 2.

IDEM (1904), *O Projecto de Contrato com o Banco de Portugal*, Portalegre, *O Distrito de Portalegre*, nºs 1134 a 1141, de 20, 23, 27 e 30 de Março e de 3, 6, 10 e 13 de Abril, p. 1 (excepto nº 1136, pp. 1-2), intervenção na Câmara dos Pares a 8 de Março.

IDEM (1907), *Princípios de Direito Político e Direito Constitucional Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

IDEM (1976), *Economistas Portugueses*, Lisboa, Guimarães Editores, 1976. Prefácio e notas de Carlos da Fonseca.

IDEM (1997), *Princípios de Economia Política - 1891*, Lisboa, Banco de Portugal, Introdução e direcção de edição de Carlos Bastien.

LE BRAS, Hervé e TODD, Emmanuel (1981), *L'Invention de la France*, Paris, Pluriel.

LISBOA, Eugénio (2000), *Eça Lido por José Régio*, in MATOS, A. Campos, organização e coordenação (2000), pp. 220-7.

LOUÇÃ, Francisco (1997), *Turbulência na Economia, uma Abordagem Evolucionista dos Ciclos e da Complexidade em Processo Históricos*, Porto, Afrontamento.

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira (1877), *A Reorganização do Banco de Portugal*, Porto, Tipografia Ocidental.

IDEM (1920), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.

IDEM (1951), *A Inglaterra de Hoje: Cartas de um Viajante*, Lisboa, Guimarães Editores.

IDEM (1953), *Portugal em África - A Questão Colonial*, Lisboa, Guimarães Editores.

IDEM (1990), *Teoria do Socialismo*, Lisboa, Guimarães Editores.

IDEM (1992), *Política e Economia Nacional*, Lisboa, Guimarães Editores.

IDEM (1994), *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores.

IDEM (1995), *O Regime das Riquezas*, Lisboa, Guimarães Editores.

MATOS, A. Campos (1993), *Ávila, Carlos Lobo de (1860-1895)*, in MATOS, A. Campos, organização e coordenação (1993), pp. 118-9.

MATOS, A. Campos, organização e coordenação (1993), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho.

MATOS, A. Campos, organização e coordenação (2000), *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho.

MERÊA, Paulo (1951), *Algumas Notas sobre Adrião Forjaz e a sua Obra de Economista*, Coimbra, separata de *O Instituto*, vol. 115°, Coimbra, Coimbra Editora.

MILIBAND, David, edição (1994), *Reinventing the Left*, Polity Press, Cambridge, UK.

MONCADA, Luís Cabral de (1938a), *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora.

IDEM (1938b), *O «Idealismo Alemão» na História da Filosofia do Direito em Portugal*, conferência realizada na Universidade de Berlim, em 10 de Junho de 1938, e repetida na de Colónia em 13 do mesmo mês e ano, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.

IDEM (s. d.), *A Obra de Salazar à Luz do Sentimento Histórico da sua Época*, in Moncada e Outros (s. d.), pp. 11-21.

MONCADA e OUTROS (s. d.), *Um Grande Português e um Grande Europeu: Salazar*, colectânea de textos da autoria de L. C. Moncada, António de Almeida Garrett, João Ameal, Rui Ulrich e Manuel Lopes de Almeida, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa.

NELSON (1995), *Evolutionary Theorizing about Economic Change*, in Smelser e Swedberg, edição (1995), pp. 108-36.

PAGEAUX, Daniel-Henri (1993), *Eça de Queiroz Fim de Século*, in MATOS, A. Campos, organização e coordenação (1993), pp. 314-9.

PAIVA, Vicente Ferrer Neto (1869), *Breves Reflexões sobre a Filosofia do Direito do Sr. Joaquim Maria Rodrigues de Brito, Lente Catedrático da Faculdade de Direito*, Lisboa, Tipografia do Jornal do Comércio.

PEDROSA, Alcino (1988), *O Pensamento Económico em Portugal no Século XIX - Adrião Pereira Forjaz de Sampaio*, Dissertação de Mestrado em História Cultural e Política apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (mimeografado).

PSALIDOPOULOS, Michalis, edição (2000), *The Canon in the History of Economics*, London and New York, Routledge.

- QUEIRÓS, Eça (s. d.), *Civilização*, in *Contos*, Lisboa, Livros do Brasil, pp. 67-93.
- ROSNER, Peter (2000), *In Defence of a Traditional Canon: a Comparison of Ricardo and Rau*, in PSALIDOPOULOS, edição (2000).
- SAMPAIO, Adrião Pereira Forjaz de (1858), *Novos Elementos de Economia Política e Estadística*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SMELSER, Neil J. e SWEDBERG, Richard, edição (1995), *The Handbook of Economic Sociology*, Princeton University Press, Princeton, N. J., e Russell Sage Foundation, New York.
- TEIXEIRA, António M. Braz (1956) *Os Precursores do Corporativismo Português*, *Esmeraldo*, n.ºs. 11 e 12, direcção de Luís Ribeiro Soares, Lisboa, Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa.
- IDEM (1961), *O Pensamento Associacionista e Corporativo em Portugal no Séc. XIX*, em *Iº Colóquio Nacional do Trabalho, das Corporações e da Previdência Social, Comunicações*, Vol. III, Lisboa, s. e.
- VILLENEUVE-BARGEMONT, Alban de (1834), *Économie Politique Chrétienne*, Paris, Paulin, Libraire-Éditeur, 3 tomos.
- WEBER, Max (1979a), *O Político e o Cientista*, Lisboa, Presença.
- IDEM (1979b), *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.
- ZOUBOULAKIS, Michel (1993), *La Science Économique à la Recherche de ses Fondements - La Tradition Épistémologique Ricardienne - 1826-1891*, Paris, Presses Universitaires de France.

ÍNDICE

RESUMO/ABSTRACT	3
INTRODUÇÃO.....	4
1. OS PONTOS NOS IS.....	4
2. ANDANÇAS DE UM VELHO DEMÓNIO	6
3. A HISTORIOGRAFIA PERSEGUIDA PELOS FENÓMENOS QWERTY	8
4. GALIA MATER?	10
5. O CAMINHO PARA A ASSOCIAÇÃO	13
6. O CASO DE CADA UM E A LEI GERAL	18
7. MODERANTISMO OU NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA?	21
BIBLIOGRAFIA	23